

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**  
**ESPECIALIZAÇÃO – RELIGIOSIDADES AFRO-BRASILEIRAS:**  
**POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL EM AMBIENTE ESCOLAR**

**MARCOS ESTEVAM VASCONCELOS SILVA**

**O PAPEL E A IMPORTÂNCIA SOCIAL DAS PRÁTICAS**  
**ALTERNATIVAS DE CURA EM JUIZ DE FORA NA PRIMEIRA**  
**METADE DO SÉCULO XX.**

**JUIZ DE FORA**

**2016**

**MARCOS ESTEVAM VASCONCELOS SILVA**

**O PAPEL E A IMPORTÂNCIA SOCIAL DAS PRÁTICAS  
ALTERNATIVAS DE CURA EM JUIZ DE FORA NA PRIMEIRA  
METADE DO SÉCULO XX.**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em religiões e Religiosidades Afro-  
Brasileira: Política de Igualdade Racial em  
Ambiente Escolar da Universidade Federal  
de Juiz de Fora, sob orientação da  
Professora Maria da Graça Floriano.**

**JUIZ DE FORA**

**2016**

Marcos Estevam Vasconcelos Silva

O Papel e a Importância Social das Práticas Alternativas de Cura em Juiz de Fora (MG) na Primeira Metade do Século XX.

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Religiões e Religiosidades Afro-Brasileira: política de Igualdade em ambiente escolar, da Universidade Federal de Juiz de Fora como Requisito parcial para a obtenção de especialista em Religiosidade Afro-Brasileira.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Maria da Graça Floriano – Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Robert Daibert Jr.  
Universidade Federal de Juiz de Fora

## **RESUMO**

A pesquisa proposta tem como objetivo analisar, através das repressões que incidiam sobre as práticas alternativas de cura no município mineiro de Juiz de Fora, o papel e a importância dessas atividades no cotidiano da população da cidade no período de vigência do primeiro Código Penal Republicano (1890 a 1941). A partir da análise de processos criminais envolvendo indivíduos que atuavam ilegalmente no campo da cura, dos documentos referentes à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e dos jornais que compreendem o período citado, pretende-se compreender a complexa teia de significados que permeavam essas práticas.

Palavras chaves: Importância; Práticas alternativas de cura; Juiz de Fora

## **ABSTRACT**

The proposed research has the objective to analyse, through the repression that fell upon alternative cure practices in the city of Juiz de Fora, the role and importance of these activities in the every day life of the citizens in the period of vigency of the first Código Penal Republicano (1890 to 1941). Starting through the analysis of criminal processes involving individuals that acted illegally on the healing field, documents about the Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora and the newspapers of the referred period, we are looking forward to comprehend the complex web of meanings that permeated these practices.

Key words: Importancy; Alternative cure practices; Juiz de Fora

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA.....	7
2. REVISÃO BIBLIOGRAFICA.....	13
3. OBJETIVOS.....	23
4. INDICAÇÃO DAS FONTES E METODOLOGIA.....	24
5. CRONOGRAMA DE PESQUISA.....	31
6. REFERÊNCIAS E FONTES DE PESQUISA.....	32

## 1. APRESENTAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA

A pesquisa proposta tem como objetivo analisar, através das repressões que incidiam sobre as práticas alternativas de cura<sup>1</sup> no município mineiro de Juiz de Fora, o papel e a importância dessas atividades no cotidiano da população da cidade no período de vigência do primeiro Código Penal Republicano (1890 a 1941)<sup>2</sup>. A partir da análise de processos criminais envolvendo indivíduos que atuavam ilegalmente no campo da cura, dos documentos referentes à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e dos jornais que compreendem o período citado, pretende-se compreender a complexa teia de significados que permeavam essas práticas.

Trabalhar especificamente com as práticas de cura alternativas à oficial em Juiz de Fora no recorte proposto para a pesquisa vem sendo o objeto de nossos estudos nos últimos anos. Em dissertação defendida recentemente, por exemplo, procuramos discutir a constituição do campo da medicina acadêmica em Juiz de Fora, sua penetração social e as tensões entre o paradigma científico e as práticas alternativas de saúde que conformavam o imaginário coletivo da cidade nos primeiros decênios do século XX. Através da análise dos periódicos "O Pharol" e "Diário Mercantil" e também dos processos de Crime Contra a Saúde Pública, buscamos perceber como e porque as classes dominantes locais<sup>3</sup>, sintonizadas com o discurso médico-higienista característico dos anos iniciais do século XX, lançaram mão de estratégias discursivas e coercitivas que combatiam e estigmatizavam essas práticas. As fontes consultadas evidenciaram que as lutas simbólicas deflagradas pelos médicos acadêmicos visavam não apenas criminalizar, ridicularizar e inferiorizar os curadores<sup>4</sup> e seus "clientes", mas, sobretudo, angariar legitimidade social para suas formas de tratamento por meio da retórica da autoridade

---

<sup>1</sup> Entende-se como "práticas alternativas" de cura todas as atividades que visavam intervir no corpo doente alheio sem uma permissão legal para atuar. Esta expressão será utilizada para substituir "medicina popular" já que esta última transmite a ideia de um saber construído em oposição a um conhecimento científico. Para Betânia Gonçalves Figueiredo (2008, p. 21) ao se estudar as diversas práticas de cura torna-se impossível trabalhar com a noção dual expressa entre cultura popular e cultura acadêmica, já que há entre estas constantes interpenetrações.

<sup>2</sup> No Código Penal de 1890 foi criado um capítulo específico para enquadrar os Crimes Contra a Saúde Pública. Esse capítulo contava com nove artigos (156 a 164) que visavam punir desde o exercício da medicina e da farmácia ilegal até a prática do espiritismo e da cartomancia. Embora esse Código não tenha inaugurado o processo de perseguição aos curadores no Brasil, ele caracteriza um "marco zero da repressão institucionalizada" contra as práticas ilegais de cura. (MAGGIE, 1986, p. 74). Esse código foi substituído por outro em 1941.

<sup>3</sup> O termo "classes dominantes" está sendo utilizado aqui inspirado na abordagem feita por Pierre Bourdieu em sua obra **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre: EDUSP e ZOUK, 2008. De acordo com esse autor, as classes dominantes são aquelas que possuem acesso privilegiado a bens e recursos escassos, sendo estes materiais e simbólicos.

<sup>4</sup> O termo "curador" está sendo utilizado para classificar todos aqueles que atuavam no campo da cura sem contar com um diploma acadêmico. A existência de inúmeros indivíduos em Juiz de Fora nas décadas iniciais do século XX com práticas e terapias heterogêneas nos levou a adotar um termo mais abrangente, capaz de englobar tanto aqueles que atuavam como "verdadeiros" médicos quanto os que curavam através do catolicismo popular, das religiões afro-brasileiras, do espiritismo e etc.

científica, que, naquele contexto, se afirmava como símbolo do cosmopolitismo, da distinção social e da modernidade burguesa.

A complexa teia de significados envolvendo a atmosfera dos Processos de Crime Contra a Saúde Pública utilizados na confecção da dissertação também nos permitiu levantar algumas questões sobre as relações estabelecidas entre os curadores, os médicos acadêmicos e a população na primeira metade do século XX. Alguns achados apontaram que nesse período as práticas alternativas de cura pareciam ser essenciais para alguns habitantes de Juiz de Fora. Seus agentes, mesmo sendo alvos de uma perseguição sistemática associada a dois fatores não excludentes como a marginalização e a condenação dos hábitos e costumes populares e a tentativa da "medicina científica" local de "higienizar" o espaço urbano e de se firmar como a "arte de curar" hegemônica, não perderam sua importância. Existiam elementos em suas formas de intervir no corpo doente que as tornavam indispensáveis para aqueles que viveram na "Manchester Mineira"<sup>5</sup> nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX.

Um dos objetivos da dissertação era tentar perceber, através de uma análise qualitativa dos processos de Crime Contra a Saúde Pública, quais eram os elementos responsáveis por fazer com que a população ignorasse o discurso produzido pelas classes dominantes locais e continuasse a solicitar pelos préstimos dos curadores. É certo que a falta de recursos financeiros, apresentada pelo discurso hegemônico como um dos principais fatores de aproximação entre os curadores e a população, não foi ignorada na pesquisa. Seria ingenuidade acreditar que todos que viviam em Juiz de Fora nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX tinham condições de contratar os serviços dos esculápios. No entanto, os processos criminais demonstraram que as práticas alternativas de cura não eram acionadas apenas por essa razão, uma vez que pessoas que possuíam recursos e acesso à medicina acadêmica também se valiam dos tratamentos dispensados pelos curadores.

Como um dos elementos de aproximação entre parte da população e os curadores levantamos a hipótese de uma possível desconfiança dos juizforanos em relação às práticas desempenhadas pelos médicos acadêmicos em Juiz de Fora. Os dados coletados nas fontes disponíveis indicaram que por mais que houvesse um amplo esforço das autoridades municipais e da imprensa local para valorizar a profissão médica e estigmatizar as atividades dos curadores,

---

<sup>5</sup> O desenvolvimento das atividades urbanas que firmaram Juiz de Fora como o maior polo industrial de Minas Gerais até as primeiras décadas do século XX garantiu ao município alguns apelidos sugestivos como "Manchester Mineira", "Barcelona brasileira", "Princesa de Minas" e "Atenas de Minas". A esse respeito ver: MIRANDA, 1990, p. 122



esse discurso não se materializava na prática social. Para muitos que viveram em Juiz de Fora nos primeiros decênios do século XX, a "medicina científica" era uma "arte de curar" relativamente "nova" e "estranha". Seus agentes possuíam um comportamento próprio e um método "científico" de intervir no corpo doente bastante diferente daqueles que a população estava habituada. Embora seus tratamentos fossem divulgados, principalmente pela imprensa local, como os únicos eficazes no combate às enfermidades, eles, quando acionados, não correspondiam às expectativas. Das diversas testemunhas envolvidas nos processos de Crime Contra a Saúde Pública, muitas afirmaram que recorreram aos curadores após terem visitado, sem muito sucesso, alguns médicos estabelecidos em Juiz de Fora.

Outro fator que possivelmente contribuía para afastar parte da população juizforana dos esculápios nos primeiros anos do século XX era o caráter autoritário de suas práticas. As truculentas "ações saneadoras" que figuravam diariamente nas primeiras páginas dos periódicos locais, idealizadas pelos "Doutores" ligados à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e à Inspetoria/Diretoria Municipal de Higiene, eram responsáveis por negatizar ainda mais a imagem da medicina "científica" na cidade. Com medo de que suas casas - e suas privacidades - fossem vistoriadas, "higienizadas" e até mesmo demolidas, muitas pessoas deixavam de procurar pela assistência médica, omitindo casos de doenças e se socorrendo em outras práticas de cura.

Em contrapartida, alguns curadores estabelecidos em Juiz de Fora apresentavam outras formas de lidar com as doenças muito mais próximas do cotidiano e da crença da população. Suas explicações para as origens das moléstias não eram complexas e suas formas de tratamento eram socialmente compreensíveis dentro da visão de mundo compartilhada por seus "clientes". Ao invés de recorrerem a intervenções dolorosas e indesejadas, como as cirurgias e as internações, receitavam banhos, chás, ervas, purgantes, pão, água fluída, passes, orações e etc. Enquanto que a medicina acadêmica buscava explicar as causas das doenças através de fatores exclusivamente físicos, como os "famosos" miasmas mórbidos, principais responsáveis pelas enfermidades e que surgiam, segundo os esculápios, nas residências insalubres dos menos afortunados, indivíduos identificados com as práticas religiosas afro-brasileiras, com o espiritismo e com o catolicismo popular possuíam uma interpretação que envolvia um funcionamento integrado do corpo e do espírito que era compartilhada por parte significativa da população. Inspirados pelos estudos da historiadora Gabriela dos Reis Sampaio (2001) e do físico Fritjof Capra (1986), percebemos que nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX era comum em Juiz de Fora a crença de que as doenças que acometiam o corpo físico eram

causadas pela interferência, direta ou indireta, do sobrenatural. Muitos agentes da cura estabelecidos na cidade, aos olhos de seus "clientes", eram supostamente indispensáveis pela capacidade que tinham de manipular essas "forças ocultas". Além de tratar a tuberculose, a sífilis, tumores e dedos machucados, arranjavam e desmanchavam casamentos, auxiliavam na venda de propriedades, faziam aparecer amores e objetos furtados, entre outras coisas<sup>6</sup>. O fato de todos eles possuírem uma "clientela" significativa, formada por pessoas de Juiz de Fora e de outras localidades, sugeriu que suas formas "ignorantes", "irracionais" e "supersticiosas" de explicar e tratar as doenças eram, pelo menos para uma parte da população, mais convidativas e toleradas do que as prescrições "científicas" dos médicos acadêmicos.

Muito embora os achados da dissertação tenham comprovado a hipótese de que o fator econômico não era determinante na aproximação entre a população e as práticas alternativas de cura estabelecidas em Juiz de Fora nos primeiros decênios do século XX, algumas questões aventadas sobre outros elementos responsáveis por essa aproximação necessitam ser aprofundadas a partir da análise de outras fontes que localizamos após a conclusão da pesquisa de mestrado. Nos recentes levantamentos que realizamos no Arquivo Histórico de Juiz de Fora (AHJF) e no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF) pudemos encontrar outras series documentais ricas em informações sobre a complexidade social e cultural que permeavam as relações entre médicos acadêmicos, curadores e seus "pacientes" que nos permitem compreender as múltiplas concepções que a população juizforana possuía a respeito da saúde e da doença durante a primeira metade do século XX.

Em meio aos processos de Lesão Corporal envolvendo indivíduos que se dedicavam às práticas alternativas de cura em Juiz de Fora, podemos mencionar duas peças envolvendo o curador Salathiel Damasio da Rocha<sup>7</sup>. Na primeira, datada de 20 de maio de 1913<sup>8</sup>, Salathiel foi acusado de ter agredido um indivíduo em Mathias Barbosa (na época distrito de Juiz de Fora). A vítima da agressão atribuía o ocorrido ao fato dela estar ajudando o inspetor a

---

<sup>6</sup> O processo de Crime Contra a Saúde Pública datado de 22 de abril de 1923 em que foi réu o curador Salathiel Damasio da Rocha contém anexadas algumas cartas interessantes com alguns pedidos feitos por seus "clientes". Entre esses pedidos é possível verificar mulheres desejando o fim de relacionamentos e indivíduos solicitando "ajuda espiritual" para vender propriedades e encontrar objetos furtados.

<sup>7</sup> Após uma perseguição nominativa identificamos que Salathiel Damasio era um curador extremamente conhecido na sociedade juizforana. Sua "fama" não se limitava apenas entre aqueles que acreditavam e buscavam por suas práticas e se estendia entre os setores sociais responsáveis por criminalizá-las. Além dos dois processos de Lesão Corporal mencionados, localizamos uma peça de Crime Contra a Saúde pública em que Salathiel figura como réu e diversas reportagens de jornais cobrando medidas das autoridades em relação à sua atuação ilegal no campo da cura e aplaudindo algumas batidas policiais realizadas na casa do curador.

<sup>8</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA. Fundo Benjamin Colucci. Processos Criminais do Período Republicano. Lesão Corporal, 20 de maio de 1913.

desmascarar Salathiel no que ele julgava se tratar de o “golpe do espiritista”<sup>9</sup>. Já na segunda, de 01 de fevereiro de 1921<sup>10</sup>, Salathiel foi vítima de uma agressão cometida pelo português Manoel Palmeirão. Nessa ocasião, toda a confusão teria iniciado após Salathiel ter sido chamado de feiticeiro. Insatisfeito com o termo pejorativo, Salathiel partiu para a briga e foi ferido na cabeça por coronhadas desferidas por Palmeirão. A leitura dessa peça indicou que Palmeirão era um dos inúmeros “clientes” de Salathiel e que o estopim do conflito entre os dois personagens foi a insatisfação do primeiro em relação aos tratamentos dispensados pelo segundo.

Já entre as peças de Inquérito, por exemplo, deparamos no ano de 1932<sup>11</sup> com a trajetória de Francisco Marcio de Paula, um garoto negro na época com 16 anos de idade. Conhecido pelas alcunhas de “O Santo do Poço Rico”, “O Taumaturgo do bairro Poço Rico”, “Santinho” e “O Iluminado”, Francisco estava, segundo aqueles que procuravam por seus préstimos e a própria denúncia contida no Inquérito, realizando curas “assombrosas” na “humilde” residência em que se achava hospedado na Avenida Rivelli<sup>12</sup>. Dizendo-se enviado da “Santa” Manuelina de Coqueiros, o menino chegou a atrair, em apenas um dia, cerca de duas mil pessoas que buscavam se livrar das enfermidades **da alma e do corpo** através de suas benzeções e da água que distribuía. Entre essas pessoas estavam tanto os “pobres coitados” que não possuíam recursos suficientes para recorrer aos tratamentos oferecidos pelos médicos acadêmicos, quanto aqueles que já haviam buscado pela “medicina científica” sem obter dela um resultado satisfatório.

Acreditamos que acompanhar histórias<sup>13</sup> como a de Salathiel Damasio, Francisco Marcio de Paula e a de vários outros personagens através da análise de múltiplas fontes sob uma perspectiva de microanálise seja fundamental para resgatarmos o cotidiano desses agentes da cura, as características de suas práticas, a importância sociocultural de suas terapias e suas interações com parte da população. A partir dessas interações - possíveis de serem detectadas,

---

<sup>9</sup> De acordo com Eusébio, a vítima das agressões cometidas por Salathiel, este último teria entrado na casa do seu sogro e furtado de lá a quantia aproximada de “duzentos e tantos mil reis”. Após Salathiel ter desaparecido com o dinheiro, surgiu na casa do sogro de Eusébio uma pessoa que, dizendo ser espírita, ajudaria resgatar a quantia roubada. Todo o procedimento custaria trinta mil reis. Eusébio desconfiou do indivíduo, afirmando que este era um comparsa de Salathiel na tentativa de aplicar um golpe.

<sup>10</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA. Fundo Benjamin Colucci. Processos Criminais do Período Republicano. Lesão Corporal, 01 de fevereiro de 1921.

<sup>11</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA. Fundo Benjamin Colucci. Processos Criminais do Período Republicano. Inquérito, 07 de outubro de 1932.

<sup>12</sup> Atual rua Osório de Almeida.

<sup>13</sup> Nos últimos anos é possível perceber no Brasil diversos estudos que buscaram reconstruir aspectos socioculturais mais amplos através da trajetória de indivíduos “comuns, invisíveis no plano dos grandes acontecimentos”. (FAUSTO, 2009, p. 10). Entre estes trabalhos merecem destaque os de João José Reis (2008), Gabriela dos Reis Sampaio (2003), Robert Daibert Jr. (2016) e Boris Fausto (2009).

sobretudo, nos processos criminais -, buscaremos compreender os significados conferidos por indivíduos e por diferentes grupos sociais à experiência da doença e da melhor forma de curá-la em Juiz de Fora nos primeiros decênios do século XX. Comungando com Roger Chartier, pensamos que “nessa escala reduzida, e sem dúvida somente nessa escala, podem ser compreendidas, sem reduções deterministas, as relações entre sistemas de crenças, de valores e de representações, por um lado, e pertencimento social, por outro”. (CHARTIER, 1987, p. 26 apud GINZBURG, 2007, p. 264).

Como estamos também propondo analisar a documentação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, pretendemos aprofundar nos métodos utilizados pelos médicos acadêmicos e contrapô-los com as formas de tratamento desempenhadas por indivíduos não diplomados que se aventuravam ilegalmente pelo campo da cura. Dentro dessa perspectiva, traçar um quadro comparativo entre os métodos dos esculápios e dos curadores torna-se imprescindível para investigarmos as complexas relações estabelecidas entre esses agentes da cura e a sociedade e as possíveis mudanças e permanências sofridas pelas “artes de curar”, principalmente as médicas, em Juiz de Fora na primeira metade do século XX.

Nesse sentido, a pesquisa proposta não apenas pretende contemplar uma região ainda não estudada com exclusividade em relação ao tema apontado<sup>14</sup>, como busca avançar em algumas questões que não foram aprofundadas e satisfatoriamente respondidas graças aos limites das fontes utilizadas e do tempo de confecção de uma dissertação de mestrado.

---

<sup>14</sup> Outros estudos se ocuparam em investigar especificamente o processo de perseguição que incidia sobre as práticas alternativas de cura em Juiz de Fora na primeira metade do século XX. Jaqueline Cristina Dias (2006), por exemplo, procurou compreender em sua dissertação de mestrado o complexo quadro de repressão às tradições religiosas afro-brasileiras no período de vigência do Código Penal Republicano. Já Roberta Muller Scafuto Scoton (2007), ao analisar o processo de difusão e debate das ideias e concepções médicas e espíritas em Juiz de Fora nos primeiros decênios do século XX, conferiu destaque ao movimento de repressão ao exercício ilegal da medicina, sublinhando as relações e conflitos entre médicos acadêmicos e kardecistas.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRAFICA

Ao fazer um levantamento sobre as produções bibliográficas a respeito da História da Medicina no Brasil é possível perceber que os estudos que se interessaram em investigar as práticas alternativas de cura no país apenas ganharam destaque nas últimas décadas do século XX. A partir das décadas de 1980 e 1990 verifica-se o interesse de diversos trabalhos em recuperar a trajetória de personagens ora esquecidos pelas abordagens clássicas como os “curandeiros”, os sangradores, as parteiras não diplomadas e todos aqueles que se aventuravam pelo campo da cura sem uma devida formação acadêmica. Esses estudos “recentes” procuraram romper, sobretudo, com o discurso médico evolucionista e vencedor, “modificando, em parte, a ótica pela qual eram feitas as análises do que se refere à saúde, à doença e as instituições médicas”. (WITTER, 2001a, p. 13).

Na década de 1980 vários questionamentos sobre o papel das práticas de cura na sociedade brasileira começaram a ser levantados por alguns trabalhos sociológicos e antropológicos. As investigações que surgiram nessas áreas do conhecimento tinham como objetivo contestar a ideia presente nas literaturas pioneiras sobre a História da Medicina de que as práticas alternativas de cura apenas sobreviviam em lugares com poucos habitantes, “onde o abandono governamental e a ‘ignorância’ seriam maiores”. (WITTER, 2013, p. 16). São emblemáticos, nesse sentido, os trabalhos de Maria Andréa Loyola, Paula Monteiro e Elda Oliveira, que buscaram fugir das abordagens folclóricas e religiosas tentando encontrar nas práticas alternativas de cura e na população que as buscavam “uma coerência nas ideias relativas ao funcionamento do corpo e as ações do mundo e dos homens sobre eles”. Para essas autoras, diferentemente da visão clássica, as práticas alternativas de cura não eram destituídas de valores, nem tampouco fruto da ignorância e da superstição. Muito pelo contrário, tratavam-se de “uma criação original e não simplesmente reativa a outros saberes ou à falta deles”. (WITTER, 2013, p. 16).

Inspirados por esses estudos, diversos historiadores a partir da década de 1990 voltaram suas atenções para a importância social das mais variadas práticas de cura existentes na sociedade brasileira. Embora grande parte destes estudos não tenha centrado especificamente suas análises nessas práticas alternativas, ao estudar temas convergentes, acabaram contribuindo indubitavelmente para elucidar questões importantes relativas à atuação de indivíduos cuja formação acadêmica era ausente. Nikelen Acosta Witter, enumera algumas

questões abordadas por esses trabalhos que se tornaram caras a todos os estudiosos da História da Medicina brasileira.

Em primeiro, a ideia de que, ao longo dos três primeiros séculos da história do Brasil, apenas uma tênue fronteira distanciava o saber médico oficial dos saberes populares. Em segundo, existência de conflitos não apenas entre a medicina e suas concorrentes populares, mas entre os próprios médicos e as teorias explicativas da doença e das terapias que utilizavam, daí o nome "medicinas". Em terceiro, a ideia de que a medicina e magia permaneceram associadas para uma boa parte da população brasileira, influenciando as escolhas terapêuticas e a busca de curadores - médicos ou curadores - até meados do século XX. (WITTER, 2013, p. 17).

Ainda sobre a contribuição desses estudos, Witter destaca que a principal diferença destes em relação aos formulados anteriormente reside, muitas das vezes, no próprio título. Para a historiadora, a palavra "medicina" passou a ser utilizada no plural com a intenção de demonstrar "a diversidade de seu entendimento, mesmo entre os médicos oficialmente reconhecidos". (WITTER, 2013, p. 18). Outra questão importante apontada por Witter, foi o abandono gradual do termo "medicina popular", visto que este transmitia a ideia de uma saber construído em oposição a outro. No lugar desta expressão surgiram outras como *artes de curar e práticas de cura*, utilizadas para suprir as "necessidades dos pesquisadores, tanto em termos instrumentais quanto narrativos, de se identificar medicina (ou 'medicinas') com as práticas acadêmicas e de buscar termos mais amplos que possam incorporar diferentes práticas de cura". (WITTER, 2013, p. 18).

Outro ponto a ser sublinhado é que, ao ampliar a discussão e incluir as relações conflituosas entre médicos acadêmicos e os diversos curadores, esses estudos recentes sobre a História da Medicina brasileira acabaram recuperando a importância de atores sociais ora esquecidos pelas abordagens tradicionais, buscando, desta forma:

Reconstruir as experiências dos habitantes, dos sujeitos sociais concretos (de carne e osso, como eles gostam de dizer), além de procurar recuperar concepções populares, não exclusivamente aquelas da chamada medicina oficial, sobre as doenças, os doentes e, principalmente, as formas através das quais os sujeitos viam e pensavam a atuação dos médicos diplomados e daqueles outros que apenas praticam, sem serem licenciados. (LOPES, 2000, p. 113).

Inúmeros foram os estudos que ajudaram a formar esses questionamentos nas abordagens sobre a História da Medicina ao discorrer sobre o papel da Medicina Acadêmica e das demais práticas de cura estabelecidas na sociedade brasileira.

Gabriela dos Reis Sampaio, ao investigar as disputas e rivalidades existentes no interior da corporação médica brasileira durante o século XIX, procurou demonstrar as tensões entre os esculápios, principalmente no que diz respeito à falta de consenso sobre os procedimentos utilizados pela medicina acadêmica no período imperial. A partir da amplitude das discussões travadas entre médicos acadêmicos, constantemente publicadas e ironizadas nos jornais da época, Sampaio constatou que a medicina "científica" desse período estava longe de alcançar o monopólio das artes de curar. Para a historiadora, um dos obstáculos encontrados pelos médicos acadêmicos nessa empreitada era a falta de confiança da população nos seus métodos de tratamento. (SAMPAIO, 2001, p. 51). As discussões públicas entre os membros da corporação médica contribuíam para aumentar essa desconfiança, indicando que era um verdadeiro risco entregar-se aos cuidados de seus representantes.

Ao entrar na questão da desconfiança da população nos métodos utilizados pelos médicos acadêmicos, Gabriela Sampaio abriu espaço para inserir em suas discussões outros agentes da cura que, mesmo não possuindo um diploma acadêmico, gozavam da confiança de parte significativa da população brasileira oitocentista. Nesse sentido, a historiadora explora o caso de um curandeiro conhecido como Marius, famoso pelas curas realizadas em Niterói nos anos finais do século XIX. De acordo com Sampaio, Marius incomodava os médicos e a imprensa da corte por possuir uma enorme clientela, formada por pessoas das mais variadas classes.

Usando métodos e tratamentos completamente diferentes daqueles utilizados pelos médicos tradicionais e, ainda, oferecendo cura de males para os quais a ciência médica não tinha resposta, curandeiros como Marius e vários outros agentes não oficiais de cura conquistaram muitos pacientes. (SAMPAIO, 2001, p. 24)

Sampaio destaca ainda que embora a fama desse curandeiro não se limitasse apenas às classes menos abastadas da sociedade, tendo se estendido a “diferentes setores sociais”, havia um amplo esforço da imprensa e das autoridades para desqualificar a figura desse curandeiro e das pessoas que os frequentava. (SAMPAIO, 2001, p. 26).

Liane Maria Bertucci, ao trabalhar com os diversos procedimentos de cura utilizados em São Paulo no período da gripe espanhola, também percebeu a credibilidade de vários “homens e mulheres que diziam curar os males físicos e espirituais”, sem contar com uma formação acadêmica para tal. (BERTUCCI, 2004, p. 136). Segundo Bertucci, esses indivíduos que atuavam em várias localidades de São Paulo, possuíam uma vasta clientela, formada por diversos segmentos sociais. Dentre outros exemplos, a autora explora o caso de Vicente Rodrigues Vieira, mais conhecido como “são” Vicente, que atendia ricos e pobres na região de São Caetano, mobilizando, graças aos seus procedimentos, grandes romarias ao local em que atuava. Vicente, apesar de ter sido processado uma vez, agia com bastante liberdade “tratando” muitas vítimas da gripe espanhola. Baseando-se em comentários “mais ou menos confiáveis”, Bertucci destaca que “o ‘santo’ gozaria da proteção de Washington Luiz, por ter salvado da morte uma sua parente (ou um de seus filhos, dependendo da versão), e de outros políticos”. (BERTUCCI, 2004, p. 238).

Nikelen Acosta Witter, em estudo sobre as práticas de cura existentes no sul do Brasil na segunda metade do século XIX, também procurou associar a credibilidade dos curadores com a falta de confiança da população nas práticas desempenhadas pelos médicos acadêmicos. Para essa historiadora, ao longo de todo o século XIX, a “arte de curar” oferecida pelos médicos diplomados “não ocupava uma posição análoga à que veio ocupar no século XX. A população desconfiava dos médicos e dos tratamentos por eles empregados. O caráter doloroso da maioria das terapias em nada ajudava para melhorar a imagem da medicina oficial”. (WITTER, 2001a, p. 88).

Betânia Gonçalves Figueiredo, ao ressaltar as relações estabelecidas entre médicos acadêmicos e pacientes após a consolidação da medicina científica no Brasil, destacou que a falta de aproximação entre médicos acadêmicos e pacientes não se limitava apenas à descrença da população nos métodos dos esculápios.

A desconfiança do público, especialmente daquelas pessoas/grupos localizados nos espaços mais afastados dos centros de decisões e distantes das informações do que ocorria no mundo, não se restringia às dúvidas com relação aos resultados que poderiam ser obtidos através da intervenção médica, mas também pela novidade representada na relação médico-paciente. (FIGUEIREDO, 2008, p. 24).

Figueiredo aponta dois fatores que contribuíam indubitavelmente para afastar grande parte da população dos médicos diplomados. Em primeiro lugar a autora destaca que ao longo



do século XIX houve uma ampliação na atuação do saber médico que culminou em uma série de modificações estruturais no campo da arte de curar. Dentre essas transformações ocorridas, a historiadora observa que a medicina acadêmica passou a apresentar “uma concepção de doença e de cura baseada em um modelo de relação médico/paciente desconhecido e estranho para boa parcela da população”. Nesse sentido, a criação e a consolidação das primeiras escolas de medicina e cirurgia no país trouxeram mudanças significativas no relacionamento entre médicos e pacientes. Dentre estas, Figueiredo destaca que:

Desenvolveu-se o hábito de recorrer aos cuidados médicos, de dirigir-se ao consultório ao em vez de receber a visita do médico em casa. Mudaram as formas de cobrança dos honorários, as receitas a serem manipuladas foram substituídas por remédios já preparados. (FIGUEIREDO, 2008, p. 20).

Essa “nova” forma de intervir na doença, segundo Figueiredo, era estranha para a população, que preferia, antes de recorrer aos préstimos dos médicos acadêmicos, socorrer-se com os inúmeros indivíduos que desempenham outras atividades de cura, muitas vezes mais próximas das crenças populares. Dessa forma, ao invés de procurar pelos "Doutores", grande parte da população optava por formas "alternativas" de intervir no corpo doente.

Segundo as conclusões de Betânia Figueiredo, há ainda uma outra condição que ajuda a pensar o abismo existente entre a população e os médicos acadêmicos durante o século XIX. Nesse sentido, a historiadora destaca a ausência numérica de médicos formados nesse período, principalmente nas localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos o que gerava inexoravelmente “dificuldades de acesso ao meio médico”. (FIGUEIREDO, 2008, p. 135).

Embora em alguns casos não seja possível descartar por completo a ausência numérica de médicos formados como um dos fatores de aproximação entre curadores e a população, ao mencionar essa questão, é necessário cautela. Segundo Nikelen Acosta Witter, a *lógica da falta*, tal como a desconfiança da população nos procedimentos utilizados pelos esculápios, podem ser, para determinados contextos, explicações profundamente anacrônicas. Em obra já citada, a historiadora procurou abordar essa questão sobre um outro ângulo, no qual levou em conta três pontos, sugeridos substancialmente pela documentação por ela consultada:

Primeiro, dificilmente se poderia supor que a população sentisse falta dos médicos, aos quais a maioria jamais tivera acesso. Ou que era obrigada a recorrer a tratamentos "duvidosos" por não ter "certeza" da eficácia dos tratamentos dados pelos médicos.

Segundo, a ideia de falta de médicos pressupõe um entendimento da medicina mais próximo àquele que se celebrizou no século XX do que aquele que era possuído por homens e mulheres que viveram antes da revolução bacteriológica. Terceiro, a contínua repetição dessa argumentação coloca *a priori* uma hierarquia que, como foi visto na época analisada, não era um dado que pudesse ser considerado plenamente presente nas mentalidades. (WITTER, 2001b, p. 142).

Para Witter, a ideia das práticas alternativas como "um mal necessário", surgido apenas para suprir a falta de médicos e a falta de competência dos poucos que havia, deve ser matizada, principalmente pelos novos rumos apontados pela história da medicina, responsáveis por demonstrar a diversidade dos saberes médicos oficiais e questionar o próprio entendimento da medicina nos períodos analisados. (WITTER, 2001b, p. 143).

Regina Xavier, ao abordar as complexas relações estabelecidas entre a população e os diversos indivíduos que se dedicavam às artes de curar no Brasil destaca que estas foram marcadas por inúmeras tensões e ambiguidades. Segundo a autora, isso se devia, principalmente, ao fato de que, ao longo da segunda metade do século XIX, a medicina acadêmica tinha a pretensão de se afirmar como hegemônica, porém, enfrentava a precariedade de seus procedimentos de cura, "além da concorrência de outros profissionais, como os curandeiros, por exemplo". (XAVIER, 2003, p. 331).

De acordo com Xavier, outro problema encontrado pelos médicos acadêmicos na tentativa de legitimar suas práticas diante da sociedade eram as diferentes percepções que a população tinha das doenças, assim como as escolhas dos "pacientes" que, muitas das vezes, preferiam os préstimos de outros agentes da cura.

Para diversos pacientes, na verdade, parecia haver espaço para a atuação de diferentes profissionais e suas medicinas. Nessa relação, entrecruzavam-se várias formas de perceber as doenças e suas curas, em um processo no qual todas essas múltiplas significações se relacionavam com os modos de vida adotados voluntária ou involuntariamente pela população (XAVIER, 2003, p. 337).

Fosse pela desconfiança nos métodos "científicos" utilizados pelos médicos ou pela ausência numérica destes, o fato é que os estudos obtiveram uma conclusão unânime: os curadores "pareciam ter o que os médicos lutavam para conseguir: legitimidade junto às pessoas das mais distintas posições sociais". (SAMPAIO, 2001, p. 53).

Essa conclusão, no entanto, não era inovadora na história da medicina brasileira, visto que trabalhos pioneiros também apontaram para essa questão. O médico Lycurgo Santos Filho, por exemplo, em seu capítulo sobre a Medicina Popular brasileira, destacou que, "acostumou-se, no país, a depreciar-se o saber do diplomado e louvar-se a experiência do leigo, conceitos mantidos e incentivados pelas deficiências da Arte Clássica aliadas aos erros e à falta de preparo dos habilitados". (SANTOS FILHO, 1977, p. 347). Na visão de Santos Filho, devido a esses motivos, os "exploradores da boa-fé e da ignorância do povo tiveram os seus minutos de celebridade, com a louvação e enumeração das afecções curadas, dos milagres praticados". (SANTOS FILHO, 1977, p. 355).

A diferença da interpretação dos estudos recentes em relação aos desenvolvidos pelos médicos em seus trabalhos clássicos, consiste na forma em que essa aproximação entre curadores e a população é abordada. Enquanto os trabalhos pioneiros procuraram associar sempre a popularidade dos curadores com a ignorância e a superstição da população, os estudos influenciados pela história cultural e social buscaram romper com esta ideia, apresentando motivos mais sólidos e plausíveis.

Para Nikelen Acosta Witter a explicação da popularidade e da credibilidade dos curadores não diplomados pelo viés da ignorância é demasiadamente simplista, fruto "de um manancial de ideias que o discurso médico, ao tornar-se vencedor, já no século XX, cristalizou em suas reconstituições históricas e que, muitas vezes, ainda é usada". (WITTER, 2001a, p. 96). Aprofundando nessa discussão, Witter deixa claro que nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX ser médico ou estar legalmente habilitado não era suficiente para que a população "aceitasse este ou aquele curador e a ele entregasse seus doentes". (WITTER, 2001a, p. 96). Era necessário que o agente da cura, fosse este médico diplomado, prático, curandeiro, parteira ou sangrador, provasse, de forma objetiva ou simbólica, sua capacidade curativa. Para Witter, dois fatores cumpriam um papel fundamental na aproximação entre curador e doente, sendo estes a solidariedade e a confiança.

A respeito da solidariedade como fator de aproximação entre os curadores e a população, Regina Xavier, em artigo sobre as práticas médicas em Campinas ao longo do século XIX, apresenta algumas explicações interessantes. Para Xavier, embora autores clássicos como Lycurgo Santos Filho tenham classificado as práticas desempenhadas pelos curandeiros, principalmente pelos negros, como arte de curar "primitiva" e "rudimentar", enfatizando que grande parte da "clientela" desses indivíduos era composta por africanos movidos pela

ignorância, a situação era mais complexa. Nesse sentido, a historiadora buscou demonstrar que "no caso dos curandeiros, as relações com os pacientes dos estratos mais pobres da população tendia a adquirir outras tonalidades". (XAVIER, 2003, p. 341). Segundo Xavier, esses agentes da cura encontravam-se em posição mais vantajosa em relação aos médicos acadêmicos por serem socialmente mais próximos dos "pacientes". "A forma como se dispunham a intervir e tratar as doenças, tendia a não se mesclar com formas de controle social". (XAVIER, 2003, p. 340). O fato de que, durante grande parte do século XIX, a maioria dos curadores existentes fossem africanos escravos ou ex-escravos, permitia que estes pudessem "compreender as dificuldades que os negros ou a população mais pobre enfrentavam no dia-a-dia", estabelecendo, em contraposição ao discurso autoritário muitas vezes adotado pelos médicos acadêmicos "às ações impositivas das autoridades municipais, uma relação mais solidária com seus pacientes". (XAVIER, 2003, p. 341).

Em artigo sobre um célebre "feiticeiro" do Rio de Janeiro, Gabriela dos Reis Sampaio buscou ampliar a discussão sobre a popularidade desses agentes da cura. Segundo Sampaio, José Sebastião da Rosa, mais conhecido como Juca Rosa, era um "feiticeiro" negro, filho de mãe escrava, bastante conhecido na Corte durante a segunda metade do século XIX. Rosa possuía uma espécie de seita que contava com diversos seguidores, formada por trabalhadores negros e pobres e por políticos, ricos comerciantes, membros das classes dominantes brancas e letradas. (SAMPAIO, 2003, p. 388).

Com o intuito de explicar os motivos que levavam grande parte da população do Rio de Janeiro, fosse esta pobre ignorante ou rica letrada, a procurar pelos préstimos de Juca Rosa, Sampaio desenvolve a ideia de que

[...] ao longo de todo o século XIX a percepção sobre doença e a maneira de tratá-la em diferentes grupos sociais, ainda que atravessada por diferenças específicas, de acordo com as experiências de classe, raça ou gênero dos mais variados sujeitos, passava por um entendimento muito integrado do funcionamento do corpo e do espírito. (SAMPAIO, 2003, p. 412).

Para a historiadora, essa questão fica evidente nos métodos utilizados por Rosa para tratar as moléstias de seus "associados". O "feiticeiro" "unia procedimentos rituais, manipulação de forças sobrenaturais e também remédios feitos de ervas e líquidos". (SAMPAIO, 2003, p. 410). Desta forma, Juca Rosa tratava tanto de machucados e outros problemas do corpo, como também, ao desmanchar feitiços, amenizava o sofrimento da alma.

Um outro ponto destacado por Gabriela Sampaio é que, diferentemente do que acontecia nos consultórios médicos da época, as pessoas buscavam no encontro com Juca Rosa não apenas as curas de suas doenças, "mas também diversão, bebida, dança, festa, mulheres bonitas, homens interessantes, gentis e cheios de contos de réis, de preferência". (SAMPAIO, 2003, p. 404). Aprofundando a ideia da concepção integrada do corpo e do espírito em relação à saúde e à doença, Gabriela Sampaio salienta que essa questão serve como uma maneira de explicar a força que os "curandeiros" e outros agentes ligados às práticas alternativas de cura tinham junto da população, que, na maioria dos casos, "temiam os médicos científicos e suas estranhas prescrições". (SAMPAIO, 2003, p. 412).

Beatriz Teixeira Weber, ao investigar "as artes de curar" na República Rio-Grandense entre os anos de 1889 a 1928, chamou atenção para alguns pontos que se aproximam das análises empreendidas por Gabriela Sampaio. Segundo Weber, durante as primeiras décadas do século XX, a medicina acadêmica ainda se apresentava apenas como mais uma entre as inúmeras possibilidades de intervenção no corpo doente e provavelmente não era vista como a melhor, já que "oferecia tratamentos agressivos e dolorosos, como a cirurgia, o isolamento dos doentes, as sangrias e as purgas". Essa situação abria brechas para outras práticas de cura, principalmente as mágicas, cujas terapias "eram indolores e ofereciam certo alívio e reconforto psicológico, sem afastar os doentes de seus amigos e parentes". (WEBER, 1999, p. 187).

Ainda de acordo com Beatriz Weber, o discurso da "modernização" que se consolidava na transição do século XIX para o XX tinha como objetivo transferir para a ciência – no caso para a medicina – a crença na cura e no tratamento de certas dificuldades cotidianas, "emancipando a religião das esferas seculares da vida". Muito embora algumas religiões tradicionais, como o catolicismo oficial e o protestantismo, tenham tentado adaptar-se a essa nova realidade, afastando-se progressivamente do mistério e do sagrado, uma grande parcela da população "não procedeu ao desencantamento do mundo e da vida". (WEBER, 1999, p. 187).

Ao contrário dessas religiões tradicionais, diversas crenças populares, "especialmente as religiões afro-brasileiras, mas não somente elas", acabaram ocupando um espaço que a ciência se mostrava incapaz de preencher, como "o espaço da angústia, das incertezas existenciais e dos imponderáveis do cotidiano". Dentro dessa perspectiva,

Sustentaram uma visão religiosa globalizante, mantendo o encantamento do mundo e do homem e cultivando os ritos, mitos símbolos, mistérios e magias, articulados de forma muito própria. As crenças populares mantiveram uma maneira de ser religiosa, que permanece para boa parte da população. As dificuldades em conseguir emprego, dinheiro, em manter relações amorosas, etc. são incorporadas, explicadas e exorcizadas pelas práticas místicas, criadoras de uma renovada esperança. Apesar das incertezas da vida cotidiana, ofereciam alguma explicação organizada para as dificuldades e uma perspectiva de solução. (WEBER, 1999, p. 187).

Como pudemos verificar, os trabalhos surgidos no Brasil a partir da década de 1990 concluíram, de uma forma ou de outra, que as escolhas da população em relação à saúde e à doença nos séculos XIX e XX estavam longe de se fundamentarem apenas por questões econômicas ou pela ignorância e superstição. As múltiplas decisões de intervenção no corpo doente correspondiam à lógicas sócio-históricas próprias, capazes de determinar e impor limites à atuação daqueles que alegavam o poder de curar. Desta forma, essas e outras abordagens nos inspiram no sentido de pensarmos sobre os elementos responsáveis por aproximar parte da população das práticas alternativas de cura estabelecidas em Juiz de Fora nos primeiros decênios do século XX, momento em que a medicina acadêmica da cidade se encontrava em um processo avançado de institucionalização e havia uma perseguição sistemática contra essas práticas. Buscaremos, através dos dados coletados nas fontes que nos são disponíveis, verificar se os achados desses autores se estendem ao caso de Juiz de Fora, atentando sempre para as especificidades que houver.

### 3. OBJETIVOS

3.1. **Objetivo Principal:** Investigar, através de uma perspectiva de microanálise, o papel e a importância das práticas alternativas de cura no cotidiano da população de Juiz de Fora na vigência do Primeiro Código Penal Republicano (1890-9141), buscando compreender os motivos que levavam parte significativa dos habitantes da “Manchester Mineira” a solicitar pelos préstimos dos diversos curadores estabelecidos na cidade nesse período.

#### 3.2. **Objetivos específicos**

- Refletir sobre as implicações das transformações socioeconômicas características da transição do século XIX para o XX no processo de ampliação das perseguições às práticas alternativas de cura existentes em Juiz de Fora.
- Contribuir com os estudos acerca do processo de perseguição às práticas “alternativas de cura” no Brasil e em Juiz de Fora. Com isto, espera-se reforçar a necessidade de compreender as diferentes formas que a população possuía de intervir no corpo doente durante a primeira metade do século XX.

#### 4. INDICAÇÃO DAS FONTES E METODOLOGIA

Para a empreitada de investigar os motivos responsáveis por aproximar a população das práticas alternativas de cura em Juiz de Fora na primeira metade do século XX a partir de uma perspectiva de microanálise pretendemos empreender a leitura dos seguintes tipos de fontes primárias listadas abaixo e posteriormente comentadas.

- a) Documentos Criminais (1891-1941);
- b) Jornais que circulavam em Juiz de Fora nos anos propostos pela pesquisa;
- c) Documentação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora;

Se o volume de fontes pode parecer, a princípio, extenso e impossível de ser analisado durante a confecção de uma tese de doutorado, cabe lembrar que a proposta de trabalho é uma continuidade de pesquisa iniciada em 2010 e que resultou em uma dissertação de Mestrado defendida em 2015. Ao longo dos últimos anos pesquisamos, fichamos, transcrevemos, digitalizamos e registramos em um banco de dados uma grande quantidade de informações relacionadas às práticas alternativas de cura existentes em Juiz de Fora nos primeiros decênios do século XX.

A pesquisa terá como fonte primária a documentação criminal, as demais serão auxiliares. Alguns personagens significativos para a compreensão das hipóteses levantadas serão seguidos através das múltiplas fontes. A opção pelo uso de fontes diversificadas nos permitirá acompanhar momentos e situações diversas das atuações dos personagens, diminuindo o risco de distorções que uma única fonte pode conduzir.

- a) Documentos Criminais (1891-1941)

Os processos criminais se encontram preservados sob a guarda do Arquivo Histórico de Juiz de Fora (AHJF). Estão organizados de acordo com o delito e em ordem cronológica. Serão pesquisados os documentos judiciais relativos a Crime Contra a Saúde Pública, Inquéritos, Homicídio, Lesão Corporal e Estelionato<sup>15</sup>. As quatro últimas séries documentais mencionadas,

---

<sup>15</sup> Toda essa documentação foi previamente levantada. Em meio aos processos correspondentes aos delitos mencionados foram encontradas diversas peças capazes de fornecer dados relativos às práticas alternativas de cura existentes em Juiz de Fora na primeira metade do século XX.



embora geradas para apurar delitos indiretamente relacionados com as práticas alternativas de cura, são capazes de fornecer informações importantes para o desenvolvimento das questões propostas.

Pretendemos realizar uma análise qualitativa de todos os processos, onde qualidade implica tanto a análise seletiva dos números quanto de processos individuais significativos. Serão analisadas aproximadamente 70 peças correspondentes aos delitos cujos autos foram preservados na primeira metade do século XX. Como estamos propondo resgatar a trajetória de indivíduos anônimos, “invisíveis no plano dos grandes acontecimentos, e que não figuram na galeria dos ‘grandes personagens da nossa história’” (FAUSTO, 2009, p. 10), os processos criminais, entendidos aqui como fontes dialógicas, isto é, que “envolvem, ou circunscrevem dentro de si, vozes sociais diversas”, e intensivas “por permitir apreender e dar a perceber muitos detalhes” (BARROS, 2013, p. 9-10), se apresentam como a principal fonte dessa pesquisa. Através da análise dos processos, buscaremos rastrear o cotidiano dos envolvidos, perceber suas visões de mundo, suas redes de solidariedades e suas interações com um amplo contexto social.

Como já é sabido, não é uma tarefa fácil seguir os rastros e contar a história de indivíduos anônimos e, de certa forma, marginalizados como os curadores e seus “clientes”. Carlo Ginzburg, por exemplo, percebeu com maestria algumas dificuldades enfrentadas pelos historiadores quando estes resolvem trabalhar com a cultura das classes subalternas. O autor chamou a atenção para o fato da cultura produzida por essa camada social ser “dominantemente oral”, algo que coloca os historiadores em desvantagem em relação a outros estudiosos das tradições populares, pois “os historiadores não podem se pôr a conversar com os camponeses do século XVI”. Segundo Ginzburg, para se atrever nesse campo, os pesquisadores necessitam “servir-se, sobretudo de fontes escritas que são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante”. (GINZBURG, 2006, p. 13).

Tal como Ginzburg, E. P Thompson destacou em seus diversos estudos sobre a classe trabalhadora inglesa do século XVIII algumas dificuldades enfrentadas pelos historiadores comprometidos com a reconstrução das trajetórias das classes populares. Para Thompson, um dos maiores problemas é a pequena quantidade de fontes ligadas à essas camadas sociais, já que “os ‘trabalhadores pobres’ não deixaram os seus asilos repletos de documentos para os

historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com sua dura labuta”. (THOMPSON, 1998, p. 26).

Karl Monsma possui considerações bastante semelhantes às de Thompson. Segundo ele, os pobres, como indivíduos, deixaram poucos rastros para serem perseguidos pelos pesquisadores. Alguns desses “rastros” podem ser encontrados em fontes como os livros de contas, os censos, entre vários outros tipos de estatísticas, que nos fornecem algumas informações sobre esses sujeitos, porém, “dizem pouco a respeito dos entendimentos e das interpretações populares [...]” (MONSMA, 2000, p. 1). Dentro dessa perspectiva, o historiador aponta que os inquéritos e os processos criminais são as fontes que mais “preservam as palavras dos pobres”, pois “nos garranchos de processos antigos, encontramos analfabetos discutindo suas interpretações de eventos e imputando motivos aos outros”. (MONSMA, 2000, p. 1).

Gabriela dos Reis Sampaio, ao comentar especificamente sobre a dificuldade de localizar as interpretações e visões dos indivíduos que se dedicavam a “arte de curar” nas fontes históricas, levanta algumas questões pertinentes. Segundo esta historiadora, “sujeitos históricos ocultados e silenciados como os curandeiros e seus pacientes são sempre mais difíceis de ser encontrados do que os médicos oficiais, que deixaram diversos relatos e registros de suas ideias e pensamentos”. (SAMPAIO, 2001, p. 153). Beatriz Weber, assim como Sampaio, destaca que a visão “repressora e moralizadora” presentes nas fontes constitui um dos maiores problemas nos estudos sobre as práticas alternativas de cura. Para Weber, essas fontes representam a visão de mundo dos vencedores e não daquelas pessoas que a vivenciavam (WEBER, 1999, p. 194).

Muito embora os processos criminais sejam de fato um documento oficial, cujo principal objetivo é estabelecer a “verdade” sobre um delito específico, em suas entrelinhas é possível recuperar testemunhos de indivíduos anônimos e de diferentes grupos sociais. Ao procurar reconstruir o crime ocorrido, “a justiça penetra no dia-a-dia dos envolvidos, exteriorizando suas vidas cotidianas, resgatando aspectos sociais, tais como padrões de família, organização e condições de trabalho, conflitos e relações sociais” (GUIMARÃES, 2006a, p. 43).

Tendo em vista essas possibilidades, os depoimentos das testemunhas envolvidas nos processos que serão utilizados assumem um papel importante. Fornecidos por pessoas próximas dos curadores, eles são capazes de nos oferecer informações minuciosas sobre os motivos que as levaram a se relacionar com esses agentes da cura. Em alguns processos, por exemplo, abundam dados sobre os problemas que os afligiam, se os tratamentos dos curadores surtiam o efeito desejado ou se falharam, se os médicos acadêmicos já haviam sido procurados, a forma

como eles ficavam sabendo das atividades de um determinado curador, as relações e os conflitos que se estabeleciam e etc.

Considerando que os depoimentos constituem uma “situação-limite”, teremos que estar atentos para as inúmeras contradições existentes nas falas das testemunhas. Trabalhar com essas contradições, vistas aqui como símbolos e interpretações sociais dos envolvidos nos processos, será fundamental para o entendimento das questões propostas. Nesse sentido, comungando com as concepções de Sidney Chalhoub, acreditamos na possibilidade de extrair dessas fontes e das contradições nelas existentes, mediante a perspectiva de análise por nós adotada, explicações válidas do social. Conforme atestou o historiador:

Pretende-se mostrar, portanto, que é possível construir explicações válidas do social exatamente a partir de versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, ou talvez, ainda mais enfaticamente, só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as “coisas” ou “fatos” é que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições em qualquer realidade social (CHALHOUB, 2001, p. 40).

O caráter “dialógico” dos processos criminais, além de envolver os depoimentos das testemunhas e dos acusados, possui também a presença da mediação, seja esta exercida por advogados de defesa, promotores ou delegados. Essa mediação constitui uma espécie de filtro que envolve os depoimentos. Para resgatar informações diante dessa situação devemos, como alertou José D’Assunção Barros “espionar por trás dos ombros do delegado, mas munido da consciência de que o próprio delegado é mais uma das vozes contraditórias que se juntam ao processo”. (BARROS, 2013, p. 9).

Até alguns anos atrás, inúmeros historiadores viam os processos criminais com desconfiança afirmando que estes não ofereciam a “versão original” do ocorrido, pois sofriam interferências de outros indivíduos não envolvidos diretamente no caso, como os escrivães ou aqueles que conduziam o interrogatório, estes últimos podendo até mesmo limitar a fala dos personagens, impossibilitando assim, a obtenção de informações confiáveis.

No entanto, nos últimos anos, com o crescimento considerável de estudos que se valeram dos processos criminais, vários autores demonstraram ser possível trabalhar com este tipo de fonte. Elione Silva Guimarães (2006b), por exemplo, ao analisar as violências entre parceiros de cativeiro no município de Juiz de Fora, destacou que os processos criminais,

mesmo se tratando de documentos oficiais, nos permite aproximar um pouco mais da vivência dos envolvidos, pois

Ainda que sua voz esteja filtrada e intermediada por advogados, curadores, escrivães e outros funcionários da justiça que privam o pesquisador do contato com a emoção, e que norteiam os depoimentos para alcançar os resultados desejados pelos dominantes, condenar ou absorver, tais processos são fontes que permitem resgatar a resistência, as formas de lutas e de vida [dos envolvidos] [...] (GUIMARÃES, 2006b, p. 3).

Não obstante a viabilidade de utilização, a análise dos processos criminais requer uma leitura atenta, minuciosa e rigorosa. Como em qualquer investigação histórica, a crítica às fontes não pode ser negligenciada. Cabe ao historiador desconfiar, questionar, reinterpretar e reconstruir a teia de relações que envolvem os personagens e os grupos sociais presentes nos processos.

#### b) Jornais

Para uma análise mais aprofundada dessas fontes, daremos ênfase aos periódicos de maior tiragem e tempo de circulação no município, sendo estes o “Correio de Minas”, o “Jornal do Comércio”, o “Diário Mercantil” e “O Pharol”<sup>16</sup>. O primeiro e o segundo se encontram preservados sob a guarda do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. O terceiro sob a guarda do Arquivo Histórico de Juiz de Fora e o quarto disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para a coleta de dados nos jornais buscaremos empreender uma análise qualitativa de todos os exemplares entre os anos de 1891 a 1941. Cabe destacar que os periódicos “O Pharol” e “O Diário Mercantil” foram utilizados em pesquisas anteriores e se encontram digitalizados e fichados, algo que indubitavelmente irá acelerar as pesquisas nessas fontes.

Partindo do princípio de que todas as notícias publicadas nos jornais são selecionadas, ordenadas, filtradas e narradas de acordo com os interesses dos articulistas e dos demais membros da redação (DE LUCA, 2014, p. 139), iremos, inicialmente, identificar os grupos

---

<sup>16</sup> Com exceção ao periódico “Diário Mercantil”, os demais não possuem suas coleções completas preservadas. Apesar de existir algumas lacunas, estas não comprometem o objetivo desta pesquisa.

responsáveis por suas linhas editoriais, suas ligações com os diferentes poderes e interesses sociais e as motivações que os levavam a dar publicidade à questão das práticas alternativas de cura.

Como estamos propondo trabalhar com diversos periódicos, atentaremos para as semelhanças e diferenças entre eles no que diz respeito à forma de abordar as práticas dos diversos curadores que atuavam no município em questão. Na tentativa de buscar respostas para as questões propostas, nos interessa analisar as entrelinhas das reportagens para resgatar as características e a relevância das práticas alternativas de cura no cotidiano da população de Juiz de Fora. Embora grande parte das matérias publicadas sobre a atuação dos curadores na primeira metade do século XX procurassem desvelar o lado exótico e pitoresco dessas práticas em contraposição a “modernidade” e a “civilização”, seus relatos<sup>17</sup> podem ser entendidos como uma “contribuição significativa para o conhecimento daquelas formas de expressão, confirmando-se a observação de Ginzburg de que mesmo uma crônica hostil pode fornecer testemunhos preciosos”. (SOIHET, 2016, p. 5).

c) Documentação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF);

Os originais dos documentos da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora encontram-se sob a guarda da Associação Médica de Juiz de Fora. Já a cópia do acervo encontra-se depositada no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tivemos acesso à cópia digital que nos foi gentilmente cedida pelo Professor Dr. Galba Ribeiro Di Mambro em junho de 2012.

A rica documentação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora nos permitirá conhecer, entre outros aspectos, como os médicos acadêmicos ligados a esta instituição discutiam a existência e o *modus operandi*<sup>18</sup> dos diversos curadores estabelecidos em Juiz de

---

<sup>17</sup> O caso de Francisco Marcio de Paula é emblemático nesse sentido. “O Santo do Poço Rico” rapidamente ganhou destaque na imprensa juizforana em outubro de 1932 por conta das práticas de cura que desempenhava na Avenida Rivelli. Passou a figurar por vários dias nas primeiras páginas do jornal “Diário Mercantil”, disputando espaço com as reportagens acaloradas e sensacionais sobre a Revolução de 1932 e sobre os misteriosos buracos encontrados na Rua Batista de Oliveira. Notícias detalhadas sobre a movimentação intensa no bairro Poço Rico, sobre diversas pessoas supostamente curadas pelo “santinho” e sobre o inquérito aberto pela polícia para apurar o caso do menino foram uma constante naquele mês.

<sup>18</sup> A primeira edição da Revista Médica da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, criada no início da década de 1930, buscava em um de seus artigos alertar sobre os riscos presentes nos tratamentos oferecidos pelos curadores. Em texto intitulado “Moléstias Medicamentosas”, por exemplo, o autor procurava discutir como a dosagem errada de alguns medicamentos era capaz de agravar “a situação do caso mórbido, ora criando mais uma moléstia, ou substituindo a moléstia primitiva por outra”. Prosseguindo, sublinhava que “o charlatanismo é a origem, a fonte primordial, da intoxicação medicamentosa, e isso se explica pela pouca ou nenhuma competência

Fora e quais as medidas que deveriam ser tomadas em conjunto com o poder público local no sentido de reprimi-los e erradicá-los. Dentro dessa perspectiva, torna-se fundamental a análise das publicações internas da SMCJF (revistas e periódicos da instituição), das Atas (rascunhos) de reunião da Assembleia Geral e das Correspondências trocadas entre a SMCJF e a Câmara Municipal.

O acervo da SMCJF possui para a pesquisa uma outra importância. Uma das hipóteses que norteia esse trabalho é a de que a desconfiança da população em relação aos métodos “científicos” empregados pelos médicos acadêmicos que atuavam em Juiz de Fora na primeira metade do século XX era um dos elementos capazes de afastar os enfermos dos esculápios e de aproximá-los dos curadores. Para o desenvolvimento dessa questão em particular, acreditamos ser indispensável conhecermos com detalhes os diagnósticos e as principais formas de intervenção no corpo doente utilizadas pelos esculápios no período. Para tanto, as atas e os boletins são capazes de nos fornecer informações valiosas, uma vez que nestes documentos figuram com frequência o posicionamento dos médicos em relação à algumas moléstias. No 9º boletim<sup>19</sup>, correspondente ao ano de 1920, por exemplo, encontra-se a descrição do Dr. Martinho da Rocha Junior sobre “Um Caso de Framboesia Tropical tratado por injeções intravenosas de oxycyaneto de mercúrio”.

Nesse sentido, a análise da documentação da SMCJF, juntamente com a leitura das outras fontes que serão utilizadas na pesquisa, nos permitirá acompanhar as mudanças e as permanências que ocorreram nas práticas de cura em geral, especialmente as médicas, ao longo da primeira metade do século XX.

---

dos tais entendidos, no que diz respeito à arte médica”. (Revista Médica da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, 1934, p. 24).

<sup>19</sup> 9º Volume dos Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Typografia Brasil – 1920.



## 6. REFERÊNCIAS E FONTES DE PESQUISA

### FONTES

#### 1. Fontes Manuscritas

##### 1.1 Arquivo Histórico de Juiz de Fora

1. Fundo Fórum Benjamim Colucci. Processos Criminais (1890-1941)

#### 2. Fontes Impressas

##### 2.1 Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

1. Jornal Diário Mercantil, 1912 a 1941

##### 2.2. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes

1. Correio de Minas, 1895 a 1927

2. Jornal do Comércio, 1896 a 1934

#### 3. Fontes Digitais

##### 3.1 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

1. Jornal O Pharol, 1891 a 1933

Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/pharol/258822>

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O tratamento Historiográfico de Fontes Dialógicas**. Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia. Ano 3, n.4, julho de 2012. Disponível em: <[http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista\\_geth/article/view/288](http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista_geth/article/view/288)>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a Medicina Enferma**. São Paulo: UNICAMP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: EDUSP e ZOUK, 2008.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: UNICAMP, 2001.

DAIBERT JR, Robert. **Luzia Pinta: experiências religiosas centro-africanas e inquisição no século XVIII**. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/viewFile/15802/9047>>. Acesso em: 29 de setembro de 2016.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

DIAS, Jaqueline. **Feitiços e feitiçeiros: repressão às tradições religiosas afro-brasileiras na Juiz de Fora do primeiro código penal republicano (1890 – 1942)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) UFJF, Juiz de Fora, 2006.

FAUSTO, Boris. **O Crime do Restaurante Chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Violências entre Parceiros de Cativoiro: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX.** São Paulo: Annablume, 2006 a.

\_\_\_\_\_. **Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928).** São Paulo: Annablume, 2006 b.

LOPES, Fábio Henrique. **Análise Historiográfica e Histórica da Medicina brasileira.** Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, 2000, p. 99-115.

MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MONSMA, Karl. **Histórias de Violência: processos criminais e conflitos inter-étnicos.** Disponível em: <[http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&q=Karl+Monsma&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs\\_rfai=&fp=1deec5c4cf1d75be](http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&q=Karl+Monsma&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=1deec5c4cf1d75be)>. Acesso em: 02 de dezembro de 2009.

PIMENTA, Tânia Salgado. **Terapeutas Populares e Instituições Médicas na Primeira Metade do Século XIX.** In: CHALHOUB, Sydney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (Orgs). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2003).

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial.** Campinas: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Tenebrosos Mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial.** In: CHALHOUB, Sydney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (Orgs). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2003.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História Geral da Medicina Brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1977.

SCOTON, Roberta Muller Scafuto. **Espíritos Enlouquecem ou Espíritas Curam? uma análise das relações, conflitos, debates e diálogos entre médicos e kardecistas na primeira metade do século XX (Juiz de Fora - Minas Gerais.** Dissertação (Ciências da Religião) - UFJF, Juiz de Fora, 2007.

SOIHET, Rachel. **Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da república aos anos 1930.** Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nupehc/files/rachelii.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar:** medicina, religião, magia e positivismo na Republica Rio-Grandense. Santa Maria: EDUSC, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. **Curar como Arte e Ofício:** contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg19-2.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg19-2.pdf)>. Acesso em: 03 de janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

XAVIER, Regina. **Dos Males e suas Curas: práticas médicas na Campinas oitocentista.** In: CHALHOUB, Sydney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (Orgs). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2003).